

Percentual de famílias endividadas é menor em maio mesmo com estímulos ao crédito

O percentual de famílias com dívidas diminuiu ligeiramente em maio, na comparação com abril, mas cresceu em relação ao mesmo mês do ano passado. Houve também pequena redução no percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso, na análise mensal, mas aumentou na comparação anual. Já a proporção de famílias que relataram não ter condições de pagar suas contas em atraso e que, portanto, permaneceriam inadimplentes cresceu nas duas bases de comparação.

Síntese dos resultados (% em relação ao total de famílias)			
	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Maio de 2019	63,4%	24,1%	9,5%
Abril de 2020	66,6%	25,3%	9,9%
Maio de 2020	66,5%	25,1%	10,6%

O percentual de famílias que relataram ter dívidas (cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro) alcançou 66,5% em maio de 2020, ligeira queda de 0,1 ponto percentual em relação aos 66,6%, observados em abril de 2020, e aumento de 3,1 pontos percentuais comparativamente aos 63,4% registrados em maio de 2019.

A proporção de famílias endividadas havia alcançado o maior patamar da série histórica em abril, após dois meses consecutivos de crescimento. Em fevereiro, mês anterior ao decreto da pandemia mundial de covid-19, o endividamento havia chegado a 65,1% das famílias, 1,4 ponto percentual abaixo, portanto, da proporção atual.

O percentual de famílias com dívidas ou contas em atrasos reduziu-se em 0,2 ponto percentual, neste maio, na comparação com o mês imediatamente anterior. O percentual cresceu em relação a maio de 2019, quando as famílias com dívidas em atraso representaram 24,1% do total.

Já as famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que, portanto, permaneceriam inadimplentes aumentou 1,3 ponto percentual, de 9,9%, do total de famílias em abril, para 10,6% em maio. O indicador havia alcançado 9,5% em maio de 2019. Essa proporção de famílias que permanecerão na inadimplência é a mais elevada para meses de maio e ainda a maior desde abril de 2018.

O número de famílias com dívidas apresentou tendências semelhantes entre as faixas de renda pesquisadas na passagem mensal. Para as famílias com renda até 10 salários mínimos, o percentual de famílias endividadas diminuiu de 67,5% em abril para 67,4% em maio. Para as famílias com renda acima de 10 salários mínimos, o percentual de famílias endividadas também caiu, e neste caso, de forma mais expressiva, passando de 62,3% do total para 61,3%.

A proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso apresentou evoluções distintas entre os grupos de renda pesquisados. Na faixa de menor renda, a proporção com contas ou dívidas

atrasadas diminuiu de 28,5% em abril para 28,2% em maio. Já no grupo com renda superior a dez salários mínimos, o percentual de inadimplentes alcançou 11,2% neste maio, ligeiramente acima dos 11,1% observados em abril.

O resultado mensal por faixa de renda do percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas em atraso teve comportamento similar entre as duas faixas pesquisadas. No com renda até dez salários mínimos, o percentual de famílias que seguem sem condições de quitar seus débitos saltou de 11,7% em abril para 12,3% em maio de 2020. Na faixa de maior renda, o indicador alcançou 3,9% neste maio, ante 3,3% em abril.

A proporção das famílias que se declararam muito endividadas aumentou 0,4 ponto percentual, em maio, relativamente a abril, chegando a 16,0% do total de famílias. Esse foi o maior percentual desde setembro de 2011, quando o indicador alcançou 16,3%. Na comparação anual, houve alta de 2,7 pontos percentuais.

Nível de endividamento (% em relação ao total de famílias)			
Categoria	Maio de 2019	Abril de 2020	Maio de 2020
Muito endividado	12,9%	15,6%	16,0%
Mais ou menos endividado	23,1%	24,0%	24,0%
Pouco endividado	27,5%	27,1%	26,4%
Não tem dívidas desse tipo	36,4%	33,1%	33,2%
Não sabe	0,1%	0,2%	0,2%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,1%

Em relação à capacidade de pagamento, entre as famílias endividadas, a parcela média da renda comprometida com dívidas alcançou 30,3% da renda, ante 30,1 em abril e 30,0% em março. É o quarto mês em que cresce o tamanho da renda familiar média envolvida com dívidas, de cuja proporção máxima histórica chegou a 31,9% em dezembro de 2015. Também entre as famílias com dívidas, 22,4% afirmam ter mais da metade de sua renda mensal comprometida com pagamento dessas dívidas, o maior percentual desde dezembro de 2017 (22,6%). Em abril, esse percentual havia sido 22% e, em maio de 2019, 20,4%.

Dentre as faixas de renda, para as famílias com renda até 10 salários mínimos, a parcela média da renda comprometida com dívidas aumentou 0,6 ponto percentual no período da crise humanitária, entre fevereiro (30,2%) e maio (30,8%). Para as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, a parcela média comprometida com dívidas cresceu 0,9 ponto percentual de fevereiro (27,2%) para maio (28,1%).

O tempo médio de comprometimento com dívidas entre as famílias endividadas foi de 7,2 meses, sendo que 23,5% delas estão comprometidas com dívidas até três meses; e 34,4%, por mais de um ano. Já o tempo médio de atraso na quitação das dívidas das famílias inadimplentes foi de 61,5 dias em maio – inferior aos 61,9 dias apurados em abril e aos 64 dias em fevereiro. Também foi o menor tempo médio desde setembro de 2015, 61,2 dias.

O cartão de crédito, apesar de seguir em primeiro lugar nos principais tipos de dívida, representando 76,7% do total do endividamento, vem perdendo espaço para outros tipos de dívida, em função de ser a modalidade mais cara de crédito. O endividamento com cartão chegou a

representar 79,8% em janeiro deste ano, mas vem perdendo espaço na composição do endividamento.

Em seguida do cartão de crédito, os carnês foram, para 18% das famílias endividadas, o principal tipo de dívida em maio. Em terceiro, estão os financiamentos de veículos, para 11,1%, seguidos do crédito pessoal para 8,7%.

Tipo de dívida (% de famílias)			
Maio de 2020			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de Crédito	76,7%	77,4%	74,3%
Cheque Especial	6,5%	6,2%	8,2%
Cheque Pré-Datado	0,7%	0,7%	0,9%
Crédito Consignado	7,2%	7,1%	7,9%
Crédito Pessoal	8,7%	8,8%	8,4%
Carnês	18,0%	19,5%	11,2%
Financiamento de Carro	11,1%	9,5%	18,4%
Financiamento de Casa	9,4%	7,1%	19,3%
Outras dívidas	2,5%	2,6%	1,6%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,1%
Não respondeu	0,2%	0,2%	0,2%

O percentual de famílias com dívidas diminuiu ligeiramente entre abril e maio, após ter atingido a maior proporção da série histórica do indicador em abril. Apesar da injeção de liquidez na economia e da queda das taxas de juros como enfrentamento da crise do novo coronavírus, a maior aversão ao risco no sistema financeiro tem inibido que o crédito de fato alcance os consumidores.

Nos dois indicadores de inadimplência, a proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso também diminuiu na passagem mensal, contudo cresceu o número de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que, portanto, permaneceriam inadimplentes. Mesmo com as incertezas impostas pela pandemia quanto à duração e ao tamanho necessário das medidas de enfrentamento para recuperação da economia, a inadimplência não mostra trajetória explosiva, pelo menos não ainda. Com medidas de auxílio à renda, como o “coronavoucher”, as famílias mostram alguma resiliência na quitação de seus compromissos financeiros.

Além disso, a inflação baixa beneficia a manutenção do poder de compra dos consumidores, especialmente nas faixas de menor renda. Vale ressaltar, no entanto, que, apesar da pequena queda no mês, o endividamento das famílias está em proporção elevada, sendo importante também viabilizar prazos mais longos para os pagamentos das dívidas, como forma de evitar o crescimento da inadimplência nos meses à frente.

Sobre a Peic

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) é apurada mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com cerca de 18 mil consumidores.

Das informações coletadas, são apurados importantes indicadores: percentual de consumidores endividados, percentual de consumidores com contas em atraso, percentual de consumidores que não terão condições de pagar suas dívidas, tempo de endividamento e nível de comprometimento da renda.

O aspecto mais importante da pesquisa é que, além de traçar um perfil do endividamento, permite o acompanhamento do nível de comprometimento do consumidor com dívidas e sua percepção em relação a sua capacidade de pagamento.

Com o aumento da importância do crédito na economia brasileira, sobretudo o crédito ao consumidor, o acompanhamento desses indicadores é fundamental para analisar a capacidade de endividamento e de consumo futuro deste, levando-se em conta o comprometimento de sua renda com dívidas e sua percepção em relação a sua capacidade de pagamento.

Os principais indicadores da Peic são:

- Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;
- Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família;
- Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas em atraso no próximo mês e, portanto, permanecerão inadimplentes;
- Nível de endividamento – entre muito, mais ou menos ou pouco endividados;
- Principais tipos de dívida – entre cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas;
- Tempo de atraso no pagamento – entre até 30 dias, de 30 a 90 dias e mais que 90 dias; e
- Tempo de comprometimento com dívidas – entre até três meses, de três a seis meses, de seis meses a um ano e maior que um ano.

Em outubro de 2017, houve uma mudança metodológica da pesquisa para refletir melhor as características da população das capitais brasileiras. Deste modo, houve revisão da série histórica a partir de abril de 2016.